

‘Da Líbia toda a costa mediterrânea está em seu poder’: a expansão romana na África a partir da ‘Geografia’, de Estrabão

‘From Libya all of the Mediterranean coast is in its power’: the Roman expansion in Africa according to Strabo’s ‘Geography’

Alaide Matias Ribeiro*

Resumo: Neste artigo, objetivamos analisar como o geógrafo grego Estrabão de Amásia (64 AEC-24 EC) enunciou o processo de expansão territorial romano no norte da África. Para isto, examinamos o Livro XVII da *Geografia*, que contém a descrição da Líbia. As relações estabelecidas entre romanos e povos líbios foram marcadas pela colaboração e pelo conflito. Estrabão, ao longo do seu discurso, faz referência a Roma e às ações de seus agentes em toda a *oikoumene*, compreendendo a expansão romana na Líbia como um processo iniciado no período republicano e em vigência em sua época. Conclui-se que tal expansão é evidenciada pela terminologia; exploração de recursos locais; instituição de províncias; e pela presença de agentes a serviço de Roma no território norte-africano.

Abstract: In this article the objective is to analyze how the Greek geographer Strabo of Amasia (64 BCE-24 CE) enunciated the process of Rome’s territorial expansion in North Africa. To do this, we will examine the Book XVII of *Geography*, which contains the description of Libya. The relations established between Romans and Libyan peoples were marked by collaboration and conflict. Strabo, throughout his discourse, refers to Rome and the actions of its agents in the *oikoumene*, understanding Roman expansion in Libya as a process that began in the republican period and was in force in his time. It is concluded that the expansion is evidenced by terminology; exploitation of local resources; institution of provinces; and presence of agents serving Rome in North African territory.

Palavras-chave:

expansão;
território;
Roma;
África;
Estrabão.

Keywords:

expansion;
territory;
Rome;
Africa;
Strabo.

Recebido em: 03/05/2024
Aprovado em: 13/06/2024

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN/campus Natal) sob orientação da Profa. Dra. Marcia Severina Vasques. Bolsista Capes-DS. Mestra e licenciada em História pela UFRN. Membro do Grupo de Estudos de História Antiga (MAAT-UFRN).

Introdução

O Mediterrâneo foi um espaço criado discursivamente e analisado por pessoas letradas na Antiguidade.¹ Conformado pelo mar e por parte dos continentes que o circundam, estava presente no debate encetado por geógrafos gregos e romanos acerca da configuração do *orbe* habitado (*οἰκουμένη*) conhecido antes da Expansão Ultramarina Moderna. O mar constituía tanto uma barreira como um meio pelo qual as sociedades mediterrâneas se expandiram para outros espaços e estabeleceram relações bélicas, comerciais e culturais. A historiografia contemporânea compreende o Mediterrâneo antigo como um espaço ecológico por onde as populações se moveram e se conectaram, qualificado pela integração, dinamicidade e redistribuição de bens entre ambientes microrregionais (Horden; Purcell, 2020, p. 112; Morales; Silva, 2020, p. 131).

Nesse contexto espacial, destaca-se o caso dos romanos que, a partir de Roma, cidade situada na Península Itálica, expandiram-se ao longo da Afro-Eurásia.² Tal processo, iniciado na República romana (sécs. VI-I AEC), foi intensificado no século I EC e se manteve até o século V EC (Guarinello, 2014, p. 54), resultando na integração, à primeira vista administrativa, de espaços conquistados, que passaram a ser, sob o estatuto jurídico de cidades livres, colônias e províncias, territórios sujeitos ao poder romano. A literatura geográfica produzida no período por sujeitos que estavam ligados aos espaços de poder romano constitui-se em uma das fontes por meio das quais é possível observar esse processo. Apesar de criticada por sua perspectiva *colonial* e externa, argumentamos ser possível recorrer a uma leitura que, mesmo restritiva, pode evocar tópicos de debate como, por exemplo, a criação discursiva de espacialidades.

Dessa forma, nosso objetivo é analisar como o processo de expansão territorial romano no norte da África foi enunciado na *Geografia*, de Estrabão (sécs. I AEC-I EC), sujeito que experienciou a República e o início do Principado. Para isso, analisaremos o Livro XVII de sua obra, no qual se encontra a descrição geográfica do Egito, da Etiópia e da Líbia. Esse espaço onde, atualmente, estão situados os países da Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos é o objeto da nossa investigação (Kormikiari, 2023, p. 198). Iniciamos com uma abordagem de Estrabão e sua *Geografia*. Em seguida, para compreendermos tal contexto enunciativo, discutimos as categorias *território*, *imperialismo* e *hegemonia*. Por

¹ Período classificado pela historiografia europeia e eurocêntrica, que inclui o primeiro milênio Antes da Era Comum (AEC) e a primeira metade do primeiro milênio da Era Comum (EC), e abrange, espacialmente, os três continentes em torno do Mediterrâneo: a Europa, a África/Líbia e a Ásia/Oriente Próximo.

² Termo que designa a massa de terra que compreende a África, a Europa e a Ásia. Neste artigo, seu uso se refere apenas às partes dos continentes descritas por escritores gregos e romanos.

fim, refletimos sobre como o geógrafo apresentou o processo de expansão romana na África e, a partir disso, como esse espaço foi criado e qualificado discursivamente.

Uma Geografia universal

Estrabão nasceu em Amásia, no Ponto Euxino, no contexto das campanhas militares romanas contra Mitrídates VI Eupátor, por volta de 64 AEC, e faleceu em 24 EC (Prontera, 2016, p. 239). Sua biografia é esboçada a partir de eventos citados na *Geografia*, em especial, sua data de morte, definida em relação à morte de Juba II, rei da Mauritânia, em 23 EC (Artal, 2016, p. 139). Outrossim, autor da obra *Comentários Históricos*, esse sujeito, descendente de uma família ligada à realeza pôntica, se situa temporalmente nos séculos I AEC e I EC, quando se observa um estilo de narrativa geográfica desenvolvida no período helenístico, que tratava todo o *orbe* habitado de acordo com as partes que o constituíam (Clarke, 1999, p. 193; Dueck, 2012, p. 7). Nesse sentido, a *Geografia* é considerada uma obra universal por abranger elementos etnográficos, geográficos e históricos do mundo conhecido, desde sua história inicial até a época do *princeps* Tibério (Braund, 2005, p. 217).

A Geografia, mesmo considerada um assunto menor, estava presente na educação das elites romanas (Mattern, 1999, p. 25). Os escritos sobre a Terra não eram incomuns, haja vista a série de registros sobre espaços, regiões e lugares cunhados desde o período arcaico (IX AEC), que foram denominados como *periploi*, *itineraria*, *periodos gês* e *chôrographia* (Dueck, 2012, p. 6-8). Essas geografias antigas expressavam fatos concretos e quantitativos do mundo (Dueck, 2010, p. 236), enunciando aspectos físicos e humanos, como fauna, flora, hidrografia, topografia, clima, além de povos e seus costumes. Também consideram níveis distintos de espaço: o local, o regional e o global.³ Assim, a descrição difere conforme o objeto, pois, ao abordar uma região em particular, se faz corografia. Mas, ao discutir dimensões macroestruturais, as formas dos continentes, sua localização em relação às zonas climáticas e as medidas de longitude e latitude, tem-se uma Geografia Matemática.

No campo da Geografia, a interação entre disciplinas como Astronomia e Geometria era importante (Aujac, 1966, p. 90-94), pois “quem se aplica à descrição regional necessita se basear em muitos postulados físicos e matemáticos” (Estrabão, *Geographia*, II, 5, 1).⁴ Para Estrabão, além de expor o *orbe* habitado, suas dimensões, forma, natureza e sua relação

³ O termo “global” é empregado no sentido de todo o *orbe* habitado.

⁴ Todas as traduções do texto em grego são de nossa autoria.

com a Terra (Str., *Geo.*, II, 5, 13; 18), o geógrafo é aquele responsável por "dar a explicação adequada de cada uma das regiões, tanto terrestres como marítimas, acrescentando o que não foi suficientemente tratado pelos nossos antecessores [*geógrafos*]" (Str., *Geo.*, II, 5, 4, *grifo nosso*). Nesse sentido, evidencia-se a preocupação com as informações comunicadas e sua correção (*epanorthosis* e *diorthosis*), questão identificada em geógrafos anteriores e posteriores à Estrabão, como Eratóstenes de Cirene e Cláudio Ptolomeu (Arnaud, 1989, p. 11).⁵

O geógrafo também deve considerar tanto a realidade presente dos espaços como os eventos marcantes do passado (Str., *Geo.*, VI, 1, 2). Assim, observa-se o registro de eventos históricos que são evocados quando da descrição dos territórios e lugares. Mas, esse caráter historiográfico não sobrepuja a dimensão espacial e a preocupação em apreender as normas significativas dos limites e fronteiras (Str., *Geo.*, II, 1, 30). Tal definição pode derivar tanto da natureza na qual determinado território está situado (rios, lagos, montanhas, mares, desertos, bosques, florestas, pântanos, entre outros), como de uma interferência direta do homem, com a fundação de marcadores artificiais de um território ou dos lugares em um território. Apesar da distinção, a fronteira natural também deriva da ação do homem, que considera determinado elemento da natureza como um limite ou fronteira.

Por fim, cabe destacar que a *Geografia* foi um discurso produzido para um público seleto composto pelos geógrafos, generais e *principes* (Cole, 2010, p. 204). Nesse contexto, a obra de Estrabão destinava-se aos que pertenciam à área e aos que executavam, diretamente ou não, a administração de territórios. No caso, percebe-se como o conhecimento geográfico era importante no processo de decisão da elite romana em relação aos assuntos do Estado (Geoffroy, 2017, p. 74).⁶ Além disso, haja vista que, na Roma Antiga, o domínio da escrita estava relacionado a uma minoria privilegiada letrada, ressalta-se, novamente, a ligação da *Geografia* aos sujeitos de poder e agentes que atuavam na expansão territorial e administração da República e Império (Bustamante; Davidson; Mendes; 2005, p. 26).

⁵ Na *Geografia*, tal correção se efetiva nos Livros I e II, os quais tratam sobre temas próprios da Geografia Matemática, e ao longo das corografias sobre tópicos específicos aos territórios descritos.

⁶ A título de exemplificação, sobre as áreas e povos desconhecidos, situados a norte da zona temperada, Estrabão (*Geo.*, II, 5, 8) enuncia que, para as necessidades do governo romano, seria inútil conhecê-los, pois não causariam dano ou proveito ao Império.

A expansão territorial romana na perspectiva de Estrabão

A *Geografia* contém dezessete livros, dos quais os dois primeiros são uma exposição geográfica geral, com a discussão e a correção de assuntos tratados por geógrafos anteriores e uma breve apresentação das três partes que constituíam o *orbe* habitado. Todavia, a ação romana relacionada ao estabelecimento de configurações territoriais na Afro-Eurásia pode ser percebida ao longo de toda a obra. Essa característica foi compreendida pelos historiadores como reflexo do contexto histórico de Estrabão, sujeito que expressa uma visão de mundo por meio da qual considera os eventos desenrolados a partir de Roma e dos romanos no Mediterrâneo e no *orbe* habitado (Cole, 2010, p. 203). Nesse sentido, sua obra foi considerada uma descrição do mundo romano e uma resposta ao imperialismo (Clarke, 1999, p. 193; Nicolet, 1991, p. 16).

A *Geografia* segue uma hierarquia dos espaços segundo a qual a Europa ocupa um lugar privilegiado “porque tem uma forma muito diversa e é a mais favorável para a superioridade dos homens e dos regimes políticos e a que mais se distinguiu por sua transmissão a outros continentes de seus próprios bens” (Str., *Geo.*, II, 5, 26). Isso significa que os romanos, percebendo-se situados no *centro* desse continente, compreendiam-se como superiores, além de o serem também seu regime político e bens. Apesar de não explicitar quais seriam esses bens, infere-se que seja uma referência ao modo de viver romano, marcado pela instituição da cidade e da cultura urbana como meio difusor de tal conduta (Clarke, 1999, p. 205; Dueck, 2000, p. 79; Le Roux, 2023, p. 73; Lima Neto, 2014, p. 19; Silva, 2013, p. 115). Tal superioridade também é comunicada na “corografia” da Península Itálica, território evocado como “a base de operações para a expansão universal” (Str., *Geo.*, VI, 4, 2), que possuiria características que contribuíram para o avanço dos romanos (Str., *Geo.*, VI, 4, 1).

Os fatores que lhes permitiram atingir essa primazia se resumem, em primeiro lugar, ao seu território, que é protegido por mares e montanhas; em segundo, ao litoral, com portos artificiais que possibilitam a defesa contra ataques externos e permitem o trânsito comercial; em terceiro, um espaço submetido a variações de ares e temperaturas, o que resulta na variedade de recursos animais, vegetais, hidrográficos e minerais; e, por fim, uma quarta característica, que é a localização privilegiada de Roma em relação aos povos da Hélade e da Ásia. A partir dessa lista de condições, é possível perceber a relevância que a configuração geográfica desse espaço assume no discurso de Estrabão. Por outro lado, essas características também fundamentam os argumentos de que a ascensão de Roma no Mediterrâneo resulta, em grande medida, das vantagens econômicas, em particular,

das provisões que abasteciam a cidade, dos portos que as recebiam e a proteção dada pelo Estado romano aos seus mercadores (Abulafia, 2011, p. 194).

A conquista territorial romana, em diversas partes do *orbe*, teve início antes do Principado. Todavia, a Augusto foi atribuída a restauração da paz e da harmonia de Roma, o que permitiu a prosperidade, a pacificação e o governo do mundo (Nicolet, 1991, p. 15). Essa expansão se concretiza no domínio e administração de territórios fora da Península Itálica, mas conectados pelo Mar Mediterrâneo. Tal fato é evidenciado no discurso de Estrabão que, escrevendo durante a passagem da República ao Principado, registrou os territórios sujeitos ao domínio romano, bem como os espaços que, em sua perspectiva, tornar-se-iam romanos.⁷ Todavia, apesar de ser possível identificar uma distinção entre uma possessão territorial e um território romano (Geoffroy, 2017, p. 73), a diferença enunciada por Estrabão se resume aos territórios considerados partes da República e Império e aqueles fora de seu controle. Assim, observa-se a ideia de uma integração territorial conduzida por Roma. E, mesmo enunciando a relevância dos impérios Parta e Macedônico na ampliação do conhecimento geográfico sobre regiões desconhecidas (Str., *Geo.*, I, 2, 1; II, 5, 12), em razão de suas expansões na Ásia, Roma é destacada como um Império em expansão, não só no Mediterrâneo, mas em todo o *orbe*.⁸

O fato de Roma ter sobrepujado impérios é explicitado na descrição da Península Ibérica, quando Estrabão (*Geo.*, III, 1, 14) enuncia que os romanos destruíram o Império Fenício que, até o século III AEC, dominava as melhores zonas da Líbia e daquela Península.⁹ Nesse sentido, a reconfiguração do espaço, a partir da dominação de territórios, pode ser compreendida como resultado de relações conflituosas com outros povos que habitavam e circulavam no Mediterrâneo e na Líbia. Ao situar tal processo em relação ao continente africano, considera-se que Roma estabeleceu relações diretas com esse espaço antes do século II AEC. Essas se estendem tanto no âmbito político, com o controle da parte ocidental do Mediterrâneo, no contexto pós-Guerras Púnicas (264-146 AEC), como no comercial (Abulafia, 2011, p. 191). Esse processo concreto foi enunciado por Estrabão, que utilizou uma terminologia específica, a qual, se não estava associada diretamente ao contexto de expansão territorial romana, ao menos relacionava-se com sua linguagem geográfica.

Na época do geógrafo, existiam três províncias romanas na Líbia, *Africa*, *Africa Nova* e *Cirene*, situadas, respectivamente, na antiga Cartago e nos territórios da Numídia e Líbia.

⁷ Esse inventário pode ser encontrado, de modo mais explícito, nos Livros VI e XVII da *Geografia*.

⁸ Ideia igualmente vista em Floro (Epítome, 2, 13), autor que relaciona o *imperium* ao *orbis totius*, ressaltando a proeminência de Roma frente aos imperialismos precedentes (Bustamante; Davidson, Mendes, 2005, p. 19).

⁹ Apesar disso, Estrabão (*Geo.*, XVII, 3, 15) afirma que os fenícios ainda dominavam, no âmbito comercial, parte da Europa e da Líbia, bem como algumas ilhas mediterrâneas (Alonso; García-Bellido; Tovar, 2015, p. 518).

O significado de província (*provincia*),¹⁰ no início do século I EC, se referia a uma área de responsabilidade (Goodman, 1997, p. 35), um tipo de mandato temporário exercido por um sujeito, não denotando, restritamente, um sentido territorial-administrativo (Geoffroy, 2017, p. 73; Hobson, 2022, p. 109). Mas, no fim do século I EC, torna-se um marco político, territorial, administrativo e cultural, um mecanismo concreto e direto de controle territorial (Geoffroy, 2017, p. 76). No discurso de Estrabão, tais recortes geográficos provinciais são enunciados para se referir ao controle territorial romano mais do que a uma área de responsabilidade, o que implica que o geógrafo se aproximou do significado que marcará, posteriormente, a administração imperial.

Tais espaços são evocados por *khora* (χώρα), termo mais genérico traduzido por território,¹¹ e que, atualmente, remete a “um espaço vivo, definido por todos os elementos que estão em seu interior” (Silva, 2019, p. 25 *apud* Ribeiro, 2022, p. 79). É um nível de espaço relacional, marcado por movimento e conexões, englobando as dimensões natural, política ou de poder, cultural, simbólica e econômica (Haesbaert, 2004, p. 40 *apud* Ribeiro, 2022, p. 80). Aplicando tal categoria ao discurso geográfico, compreende-se que tais territórios, as províncias romanas, são organizações administrativas delimitadas por fronteiras e constituídas por lugares (cidades, vilas, aldeias, campos, entre outros), que, apesar de abrangerem o conjunto de aspectos culturais de um povo, referem-se a uma instância maior: Roma. Essa configuração, portanto, denota uma intervenção romana no espaço norte-africano, o que nos leva a refletir como essas transformações advindas do contato, conquista e expansão foram enunciadas pelo geógrafo, mas, também, traduzidas pela contemporaneidade.

Nesse sentido, historiadores, a partir do paradigma imperialista e colonialista dos séculos XIX e XX, praticado por Estados Nacionais europeus em países africanos e asiáticos, transplantaram tal modelo para o mundo romano, denominando-o *Romanização* (Hobson, 2022, p. 106-107). Alguns a consideram uma categoria redutora das experiências, tornando-a sinônima de aculturação (Funari; Garraffoni, 2018, p. 246). Outros a utilizam para enunciar a mudança sociocultural advinda do contato entre a cultura romana e as províncias, percebendo o processo por meio da perspectiva de uma negociação bidirecional (Bustamante; Davidson; Mendes, 2005, p. 41). Apesar das divergências em relação ao termo, resultando na visão moderna de uma África romana influenciada pelo domínio colonial (Mattingly, 2011, p. 147), os especialistas se apoiam

¹⁰ *Eparkhia* (ἐπαρχία), em grego.

¹¹ País, solo, espaço, lugar, zona, posição, terra, estado e extensão são outros significados, se considerarmos as traduções portuguesas, francesas, espanholas e inglesas (Liddel; Scott, 1996, p. 2015; Masip, 2008, p. 445).

em discursos da Antiguidade romana que evidenciam o processo de contato, conquista e expansão, dentre os quais se encontra a *Geografia*.

Todavia, argumentamos que o contexto da expansão territorial e das transformações espaciais podem ser problematizadas a partir da categoria *imperialismo*, definido como uma ação, um modo de pensar, colonizar e controlar terras distantes e habitadas por outrem. Ele exprime o pensamento, as ações e atitudes de um centro dominante que governa um território distante (Bustamante; Davidson; Mendes, 2005, p. 21). É um discurso efetivado mediante violência, colaboração com as elites ou aristocracia local, além da dependência econômica, social e cultural (Hingley, 2005, p. 51). Tal categoria tem o significado aproximado à ideia de territorialidade romana, considerando-a uma estratégia de influência ou controle, que pode ser individual ou coletiva, exercida sobre objetos e povos por meio da delimitação e afirmação do poder sobre uma área geográfica (Geoffroy, 2017, p. 74-75). No caso do norte da África, toda a sua costa mediterrânea, por volta de 44 AEC, já estava sob influência romana (Goodman, 1997, p. 276). A permanência dessa influência pode ser observada pela urbanização extensiva (Goodman, 1997, p. 281), isto é, pela quantidade e distribuição de cidades e monumentos romanos que denotam um espaço norte-africano urbanizado (Le Roux, 2023, p. 57), contando com cerca de 500 cidades no início do Principado (Carlsen, 2022, p. 143).

Outro termo de destaque na discussão desse Império Romano, que se atribuía um domínio espacial imbatível e ilimitado é *hegemonia* (ἡγεμονία) (Bustamante, Davidson, Mendes, 2005, p. 35; Geoffroy, 2017, p. 78). Essa categoria deriva de um termo grego que faz referência ao poder ou soberania, que foi utilizado para qualificar a expansão territorial romana (Ribeiro, 2022, p. 48). Mas, esta não deve ser entendida como uma ideia que Estrabão aventa de forma acrítica, pois, além de apresentar críticas ao sistema imperial e às consequências consideradas imorais derivadas da conquista (Peck, 2017, p. 8; Dueck, 2000, p. 107), ele constata territórios e povos ainda fora desse poder. Dessa forma, compreendendo essa disparidade, cabe questionar que tipo de território emerge do discurso de Estrabão, tendo em vista o contexto imperialista e hegemônico. Do mesmo modo, é necessário refletir sobre o lugar das províncias, colônias, cidades e reinos independentes nessa estrutura territorial. Ademais, é necessário, principalmente, pensar como a Líbia é percebida em relação ao Império Romano enunciado por Estrabão.

Uma África romana?

Na estrutura do *orbis terrarum* do início do século I EC, a África é percebida como um terceiro continente ou como um apêndice da Europa ou da Ásia. Ela estava cerceada

a Oeste, Norte, Sul e Leste, respectivamente, pelo Oceano Exterior, pelo Mar Interior, pelo deserto do Saara e pelo Nilo. Sua costa mediterrânea é considerada bem delimitada em contraposição à oceânica e às suas fronteiras ao Sul, egípcia e etiópica, áreas desconhecidas ou de deserto (Str., *Geo.*, XVII, 3, 1; 23). Estrabão inicia seu terceiro capítulo do Livro XVII com comentários gerais sobre esse espaço, destacando sua inferioridade de recursos; seu aspecto desértico, provavelmente por estar situado em uma parte da Zona Tórrida; sua população nômade; e a fauna selvagem. Contudo, também apresenta uma imagem oposta, caracterizando toda a costa mediterrânea, em especial a região de influência cartaginesa, como uma faixa habitada e próspera, apesar da existência de zonas áridas e do povo local, marmaridas, que habitavam tal espaço (Ribeiro, 2022, p. 147-148).

Nesse sentido, o geógrafo elabora uma primeira descrição, mediante a qual ele divide a Líbia em duas partes: a faixa litorânea e o interior. Nessa primeira parte, o que se destaca é a descrição do espaço e suas características geográficas, que poderiam ser percebidas como um obstáculo à expansão e domínio romano, como, por exemplo, o clima e a topografia de deserto, a presença de povos nômades e de uma fauna de grande porte, perigosa e repelente. Conforme as demais descrições dos territórios da *oikoumene*, no relato de Estrabão também se utiliza a Geometria para comunicar a seu público sobre a forma visual da Líbia, como se o espaço fosse imaginado numa superfície plana. Nesse sentido, Estrabão aponta que a figura que melhor a representa é o triângulo retângulo. As distâncias, em estádios,¹² de cada lado da figura, também são enunciadas. Estrabão omite qualificadores do espaço, previamente apresentados no livro II, como, por exemplo, as características topográficas ao longo da costa mediterrânea (golfos e cabos) e sua semelhança a uma pele de pantera, em razão das várias aldeias no interior, cercadas por terra (Str., *Geo.*, II, 5, 33).¹³

Finalizada a apresentação geral, inicia-se a descrição dos territórios que constituem esse espaço. Importa ressaltar que Estrabão não comenta sobre o nome do continente, apesar de fazer a distinção entre nomenclaturas dadas por gregos, romanos e povos locais (*τῶν ἐπιχωρίων*) a determinados territórios e povos (Str., *Geo.*, XVII, 3, 2). Líbia (*Λιβύη*) é o termo que designa o território dos líbios, enquanto este identifica, de forma generalizante, os povos locais do norte da África. O termo que designa o espaço pode ser encontrado em Homero (*Odyssey*, IV, 85), especificando uma terra pastoril e fértil, localizada a Oeste em relação ao Egito (Romm, 2010, p. 231). Depois, passou a abranger

¹² O *στάδιον* é uma unidade de medida, que equivale a 600 passos gregos (Dueck, 2012, p. 70).

¹³ Nessa exposição inicial, o geógrafo se aproxima de Heródoto (séc. V AEC), autor que divide a Líbia em três partes: a costa oeste, habitada pelos fenícios, cartagineses e líbios sedentarizados; a costa leste, habitada pelos helenos e povos locais; e o interior próximo ao Saara, habitado pelos nômades (Lima Neto, 2020, p. 6).

a área situada mais a Nordeste, colonizada por gregos, Cirene, e, posteriormente, a zona costeira africana, até vir a designar todo o continente (Eidinow; Hornblower; Spawforth, 2012, p. 831).

Nosso objetivo é investigar como Estrabão identificou a ação e expansão territorial romana na Líbia. Sendo assim, vale considerar o ato de nomear como uma primeira forma de exercício de poder sobre o espaço. De acordo com o geógrafo, os romanos, assim como os locais, denominaram de *mauros* (*Μαῦροι*) os povos que habitavam a parte ocidental da Líbia (Str., *Geo.*, XVII, 3, 2). É uma nomenclatura pertinente, que difere da grega (*Μαυρούσιοι*), empregada por Estrabão, particularmente, considerando que o etnônimo apareceu na época de César, a partir do contato entre os romanos e tais povos (Desanges; Laudenbach, 2014, p. 50). Mesmo sendo a representação de um sujeito estranho à realidade que descreve, Estrabão inclui no discurso termos alternativos aos atribuídos pelos gregos. Além disso, menciona os termos utilizados pelos líbios para nomear os objetos geográficos do seu meio ambiente. É o caso da montanha situada na parte ocidental da Líbia, chamada de Atlas pelos gregos, mas de Duris pelos *βάρβαροι*, e a aldeia chamada por Artemidoro e Eratóstenes como Linx e Lixos, mas pelos locais de Tinx (Str., *Geo.*, XVII, 3, 2).

Assim, iniciando pela parte ocidental, o primeiro território descrito é a Maurúsia, fértil e abundante em recursos hídricos, “dotada de árvores extraordinariamente grandes e numerosas e que produz de tudo: é ela que fornece aos romanos as mais lindas e maiores mesas feitas de uma única peça de madeira” (Str., *Geo.*, XVII, 3, 4). Além da flora (videira, *árum*, serpentina, cenoura, funcho e cardo) e da fauna local (serpentes, elefantes, gazelas, antílopes, leões, guepardos, ginetas e macacos) de grande porte, o geógrafo menciona um elemento particular e o produto resultante da exploração desse recurso. Não é demonstrado como era feita a exploração da madeira, mas este era um produto muito consumido pelos romanos durante o século I EC, o que ocasionou sua extinção (Alonso; García-Bellido; Tovar, 2015, p. 504). Conjectura-se, no discurso, um primeiro tipo de contato entre romanos e locais no âmbito exploratório e comercial.

Além da menção à extração e uso de um produto originado da Líbia, Estrabão recorda eventos políticos relacionados a essa área específica, confrontando-os à sua situação presente. Ele enuncia que:

Pouco tempo antes de nós, os reis Bogo [I] e Boco possuíam-na [a Maurúsia] em toda a amizade com os romanos. Depois de suas mortes, Juba [II] recebeu o poder que lhe foi dado por César Augusto, além do que herdou de seu pai; ele era o filho de Juba [I], que combateu com Cipião contra o deus César. Mas, Juba morreu recentemente e Ptolomeu, nascido de uma filha de Antônio e Cleópatra, foi quem o sucedeu no poder (Str., *Geo.*, XVII, 3, 7).

No trecho acima, Estrabão evoca a atuação romana nos territórios independentes do norte da África, mas que estavam ligados a Roma pela *amicitia*. Bogo e Boco II eram os reis da Mauritânia Ocidental e Oriental, as quais constituíam a Maurúsia. Ambos são considerados simpatizantes de César, sendo reconhecidos como reis pelo Senado romano, em 49 AEC (Desanges; Laudenbach, 2014, p. 98). Outro personagem destacado é Juba II, que, em 30 AEC, foi reinstalado por Roma no trono da Numídia. Em 46 AEC, com a morte do rei Juba I, a Numídia foi transformada na província *Africa Nova*, e, posteriormente, foi unida à província da *Africa*, resultando na *Africa Proconsularis* (Carlsen, 2022, p. 143; Goodman, 1997, p. 279). Em 25 AEC, o Reino da Mauritânia foi confiado a um governante, permanecendo com o *status* de reino cliente por outras duas gerações (Carlsen, 2022, p. 143).

Observa-se a reconfiguração do espaço e de seus governantes. Portanto, Roma interferia na África, conferindo poder aos nativos da Líbia e de territórios adjacentes. No entanto, nessa passagem, nota-se a ausência de uma caracterização geográfica que especifique as fronteiras entre os territórios sujeitos aos romanos e aqueles governados por reis aliados. Por outro lado, nota-se que Estrabão identifica as fronteiras dos territórios dos líbios como a terra dos masaisilos, limitando-se com as dos maurúsios, no rio Molocat, e terminando no promontório Treton, que é considerado a fronteira com os massilos (Str., Geo., XVII, 3, 9). Na mesma seção, o geógrafo nos informa que, no litoral que abrange a Numídia, além de rios, existiam várias cidades, destacando-se, dentre elas, Siga, que era o local de residência de Sifax (séc. III AEC), governante dos masaisilos, mas que, na época do autor, encontrava-se destruída.

Avançando no território habitado pelos masaisilos, compreende-se que Estrabão faz referência a conflitos entre os próprios habitantes locais, bem como entre estes e os romanos, dentre os quais se destaca a destruição de Zama, a residência real de Juba I (Str., Geo., XVII, 3, 9). Juba II, Ptolomeu e César são personagens frequentemente citados ao longo da descrição, indicando um retorno aos eventos do passado mais recente em relação ao contexto em que o geógrafo viveu. As seguintes seções explicitam a atuação romana na destruição de cidades, na formação de alianças e nas delimitações dos territórios sujeitos aos nativos e aos romanos:

Na mesma costa havia uma cidade chamada Iol, refundada por Juba [II], o pai de Ptolomeu, que mudou seu nome para Cesareia [...]. Entre Cesareia e o Treton existe um grande porto chamado Salda; é ele que marca a fronteira entre Juba [II] e os romanos. As divisões territoriais foram feitas de mil maneiras porque as autoridades locais se multiplicaram e os romanos os trataram diferentemente de acordo com as circunstâncias, alguns como amigos, outros como inimigos, ao ponto de retirar o território de alguns para conceder a outros, mas sem qualquer constante (Str., Geo., XVII, 3, 12, *grifo nosso*).

Além de mencionar a mudança de nome de uma cidade líbia por iniciativa de um governante instituído pelos romanos, afiliação que pode ser expressa na nova denominação, Cesareia, Estrabão explicita a delimitação do território a partir de Salda. Consta-se que os romanos usavam objetos visíveis para reconfigurar a paisagem dos espaços que dominavam, destacando-se, além das cidades e portos, os marcos miliários ou de fronteiras (*cippa*) e as estradas (Talbert, 2010, p. 270). Nessa passagem, as divisões territoriais e o reconhecimento destas por Roma são enunciados. Apesar de mencionar a falta de constância no estabelecimento de limites, que pode ser resultante da inacabada expansão e administração territorial que se verifica no início do século I AEC (Geoffroy, 2017, p. 73), tais demarcações podem ser identificadas como o resultado da ação romana que, conforme a circunstância, atribuía não só limites, mas, também, territórios para aqueles que lhe conviesse.

Ultrapassando o espaço que, posteriormente, será denominado como Mauritânia Cesariense, Estrabão se detém na parte central da Líbia, onde estavam situadas cidades conhecidas pelos romanos em decorrência de eventos bélicos como as Guerras Púnicas (264-146 AEC), a Guerra de Jugurta (112-106 AEC) e a Batalha de Ruspino (46 AEC).¹⁴ Situada no nordeste da atual Tunísia, Cartago era a principal potência no Mediterrâneo Ocidental, no século III AEC, mas, com a vitória de Roma, foi destruída e seu território transformado na primeira província romana no continente (Goodman, 1997, p. 277-278). O cenário histórico enunciado pelo geógrafo denota uma série de conflitos estabelecidos pelos líbios, que eram percebidos como amigos ou inimigos. Nesse contexto de relações conflituosas, outras cidades são destacadas, conforme observamos neste trecho:

Com os generais também desapareceram as cidades, como Tisieu, Vaga e Tala; também Capsa, guardiã do tesouro de Jugurta, Zama e Zica; e as cidades junto às quais César derrotou Cipião, ganhando uma primeira vitória perto de Ruspino, uma segunda perto de Uzito e, enfim, perto de Tapso, na borda do lago vizinho e das salinas; não longe se acham as cidades livres de Zela e Acola [...]. De todas essas cidades, algumas desapareceram completamente, outras foram destruídas. Quanto a Fara, foram os cavaleiros de Cipião que a incendiaram (Str., *Geo.*, XVII, 3, 12).

As cidades líbias que, durante o conflito, se aliaram aos púnicos, como Neferis, Túnis, Hermes/Clupea e Neápolis, foram destruídas pelos romanos (Hobson, 2022, p. 105; Str., *Geo.*, XVII, 3, 16). Nesse sentido, mesmo com a menção a cidades e povos livres, evidencia-se, no discurso, a reconfiguração do espaço efetuado por agentes de Roma.

¹⁴ A Guerra de Jugurta foi uma disputa pelo Reino da Numídia, entre os filhos de Micipsa, Aderbal, Hiempsal e Jugurta, marcada pela atuação romana como mediadora e interventora para a resolução do conflito.

Nesse cenário, podemos imaginar cidades em ruínas em contraposição à paisagem líbia citadina de outrora, em especial aquelas que serviam como residências reais. No entanto, algumas cidades no território conquistado foram reconstruídas. É nesse contexto que Estrabão enuncia a mudança do centro da administração territorial romana de Cartago para Útica, considerada a segunda maior cidade e a mais renomada, pois “é ela que os romanos consideram como a metrópole e sua base posterior para suas ações na Líbia” (Str., *Geo.*, XVII, 3, 13). Útica, cidade que se aliou a Roma durante o conflito púnico e que, por isso, recebeu o *status* de cidade livre (Carlsen, 2022, p. 142), permaneceu sendo o centro administrativo romano na época de Estrabão, pois foi a partir de lá que, em 46 AEC, César procedeu com a venda das propriedades africanas confiscadas dos apoiadores de Pompeu (Hobson, 2022, p. 105-106).¹⁵ Mesmo constatando a relevância de Útica, Estrabão enfatiza Cartago. Todavia, restringe-se a dizer que foi reconstruída e habitada por colonos e soldados romanos, tornando-se a cidade mais povoada da Líbia. No entanto, ele não menciona as denominações que o território assumiu como colônia, tanto no século II como no I AEC: *Colonia Iunonia Karthago* e *Colonia Iulia Concordia Karthago* (Bockmann, 2022, p. 120).

Durante a primeira dinastia imperial, Cartago controlava um vasto território e incorporava, além de colonos romanos, aldeias de povos locais (Goodman, 1997, p. 179). Localizava-se em uma posição estratégica do Mediterrâneo e, além de ser urbanizada, estava voltada ao cultivo e exportação de cereal, vinho, azeite, *terra sigillata*, *garum* e animais selvagens (Bustamante; Davidson; Mendes, 2005, p. 25; Goodman, 1997, p. 282). Entretanto, no discurso de Estrabão, o passado é enfatizado para evidenciar que os romanos expandiram seu poder e dominaram o território cartaginês. Por um lado, “os romanos fizeram uma província da parte sujeita aos cartagineses e, por outro, nomearam como soberanos Masinissa e seus descendentes em torno de Mikipsa” (Str., *Geo.*, XVII, 3, 15). Na sua compreensão espacial, Estrabão opera uma divisão entre o centro urbano de Cartago e o território que englobava esse centro, e os espaços ligados a ele, transformados na província da *Africa*.¹⁶

Por meio de seu discurso, Estrabão enuncia como Roma se estabeleceu no território e o poder de comando dado pelos romanos aos nativos, pois nutriam entre si relações de amizade. Masinissa, rei númida, é percebido como um sujeito de valor “que civilizou os nômades no trabalho da terra e que lhes ensinou, [...] a lutar na guerra ao invés de saltar”

¹⁵ O discurso de Estrabão omite certos aspectos que evidenciariam ainda mais a presença romana na África, como a existência de propriedades compradas por aristocratas romanos nos territórios provinciais, durante o período republicano.

¹⁶ Ainda que enfatize a derrota de Cartago em sua descrição da Líbia, Estrabão (*Geo.*, XVII, 3, 20) menciona diferentes locais, *emporia*, onde os cartagineses continuaram a desenvolver suas atividades econômicas.

(Str., *Geo.*, XVII, 3, 15). Este *civilizar* (πολιτικός) está relacionado à ideia de mudança de práticas como apropriação do modo de vida romano, concepção mencionada na primeira apresentação da Líbia:

Não é inverossímil que alguns deles [líbios] tenham sido chamados nômades, porque antigamente não podiam lavar a terra pela abundância de feras selvagens; mas, os contemporâneos, que têm uma perícia superior na caça – no que ajudam os romanos com sua dedicação aos combates de feras – eles se tornaram ilustres em ambos os campos, nas feras e na agricultura (Str., *Geo.*, II, 5, 33, *grifo nosso*).

Destacam-se a prática da agricultura e da caça às feras selvagens, atribuídas aos romanos, o que resultou, segundo o geógrafo, na mudança do modo de vida dos líbios. Contudo, também é possível notar como os líbios foram inseridos nas práticas romanas, em particular, nos jogos de combate às feras, que ocorriam nos anfiteatros, tanto em Roma quanto nas províncias. Massinissa não foi o único governante local que apresentou um comportamento divergente do esperado para os líbios, caso adotarmos a visão dicotômica de romanos *versus* bárbaros. Juba II foi um governante instruído pelos romanos, cujo poder dependia de Roma, o que o levou a ser considerado um rei leal e adepto de costumes estrangeiros, inclusive auxiliando-os em guerras e propagando não só a lei romana, mas, também, a arte grega (Goodman, 1997, p. 280).

A *Africa* não foi a única província romana da Líbia descrita por Estrabão.¹⁷ Ao final da zona costeira e mais urbanizada do continente, ele situa *Cirene*, inicialmente uma colônia fundada por emigrantes de Tera, a atual ilha de Santorini (Desanges; Laudenbach, 2014, p. 206; Str., *Geo.*, XVII, 3, 20). Estrabão apresenta a história da cidade, localizada no nordeste da atual Líbia, desde a sua fundação, passando por sua dominação pelos reis macedônicos – durante o governo lágida, no Egito –, até chegar à sua transformação em província romana, o que ocorreu por volta de 74 AEC (Desanges; Laudenbach, 2014, p. 211; Goodman, 1997, p. 278).¹⁸ Mas, o que se destaca no discurso de Estrabão é o elogio deste aos filósofos e geógrafos ilustres de Cirene, enfatizando a cultura grega da comunidade, o que distinguiria este espaço dos demais da Líbia (Str., *Geo.*, XVII, 3, 22). *Africa* e *Cirene* são os territórios provinciais destacados por Estrabão em sua descrição. Ambas repercutem a expansão romana no norte da África, mas é possível perceber, por meio do discurso, uma presença romana mais marcante na primeira.

¹⁷ Ao longo da República e do Império, o nome da província foi alterado, tendo esta sido, posteriormente, denominada como *Africa Vetus*, *Africa Proconsularis*, *Tripolitania*, *Africa Byzacena* e *Africa Zeugitana*. As demais províncias romanas da África foram a *Numidia*, também chamada de *Africa Nova*, e a *Mauretania*, que, em 44 EC, foi dividida em *Mauretania Caesariensis* e *Mauretania Tingitana*.

¹⁸ A província da Cirenaica abrangia, além de sua capital, Cirene, as cidades de Apolônia, Ptolemais, Arsinoé e Berenice, todas citadas por Estrabão (*Geo.*, XVII, 3, 20).

Essa agência romana também é evocada na marcha de trinta dias, realizada pelo general Marco Catão com seu exército, no terreno arenoso e quente em torno das Sirtes (Str., *Geo.*, XVII, 3, 20). Apesar de tal evento, não são apresentados outros episódios de incursões, ressaltando a omissão do geógrafo acerca das configurações espaciais produzidas pela atuação direta de romanos no território. Consideramos que a ideia de expansão romana, enunciada por Estrabão, não se restringe apenas à Líbia. Para o geógrafo, o Império Romano é uma força em expansão e responsável pela integração territorial, administrativa, econômica e cultural de diversos espaços. Esse sentido é evidente com a rememoração da conquista da Península Itálica e a expansão por meio da guerra:

Da Líbia, toda a costa mediterrânea está em seu poder e, o resto, está desabitado ou bem habitado pelas populações miseráveis e nômades [...]. Da totalidade do território sujeito aos romanos, uma parte é governada por reis, enquanto eles possuem o resto sob o nome de províncias, para onde enviam governadores e coletores de tributos (Str., *Geo.*, XVII, 3, 24).

Vale destacar que, apesar da presença e domínio territorial romano em determinados espaços da Líbia, bem como a ideia de que Roma se encaminhava para se tornar uma hegemonia, Estrabão não deixa de registrar a presença dos povos locais. A agência dos nativos, seja no domínio e na administração de territórios norte-africanos ou no enfrentamento aos estrangeiros (romanos, cartagineses e gregos), é citada no caso dos farúsios e nigritas (Str., *Geo.*, XVII, 3, 3). Por outro lado, Estrabão também indica o fato de habitarem lugares inóspitos e desérticos, a exemplo dos maurúsios e gétulos, que habitavam as cadeias montanhosas do continente, e dos nasamones, psilos e garamantes, que viviam ao redor das Sirtes e da Cirenaica (Str., *Geo.*, XVII, 3, 2; 23). No entanto, Estrabão omite alguns episódios que enunciam essa atuação local, em especial a rebelião iniciada pelos *musulamii*, povo que não é citado, e a Revolta de Tacfarinas (17-24 EC) (Carlsen, 2022, p. 144). Situando a atuação de Augusto e sua política de expansão imperial em relação à Líbia, mais próxima do momento vivenciado pelo geógrafo, tem-se que ela alcançou territórios no norte e nordeste da África. Destacam-se, por exemplo, a campanha na Etiópia, em 29 e 25 AEC, e aquela contra os garamantes, na província da *Africa*, em 19 AEC (Goodman, 1997, p. 43-46).

No discurso de Estrabão, percebemos que o território romano não é um em particular, mas designa todos os espaços sujeitos, direta e indiretamente, a Roma. Nesse sentido, o caráter de dominação e poder que o Estado exerce sobre determinada parcela da terra é ressaltado. Outro ponto a considerar é a menção aos agentes administradores do *imperium* que atuavam nas províncias, como é o caso dos governadores, os quais poderiam ser de posto consular, pretoriano e equestre, e dos coletores de tributos.

Pode-se argumentar que o geógrafo destaca tais personagens por considerar o tema da renda devida a Roma um fato relevante. No entanto, ele não aprofunda os tipos de tributos e os demais ofícios que se observa na administração, como *quaestor*, *legates* e *procuratores* (Carlsen, 2022, p. 145). Sabe-se, também, que a receita romana advinha, principalmente, da coleta de impostos nos territórios provinciais. Dentre os principais, ressalta-se o que recaía sobre a produção agrícola e assumia duas formas: o *tributum soli*, baseado no tamanho da área de cultivo, e o *tributum capitis*, baseado no tamanho da força de trabalho; e, por outro lado, havia, também, os impostos indiretos, *portoria*, sobre os produtos comercializados nos portos, fronteiras e limites das províncias (Goodman, 1997, p. 100-101).

Estrabão (Geo., XVII, 3, 24) menciona reis que governavam territórios e indica a existência de cidades livres. Todavia, apesar deste elevado estatuto jurídico, com certa frequência esses espaços demonstram uma relação direta com Roma.¹⁹ Portanto, apesar do *status* diferenciado, argumentamos que esses espaços mantêm tal estatuto a partir da anuência romana. Eles podem ser percebidos como aliados, que governavam áreas em nome de Roma, mas, neste contexto, são considerados parte do Império, sendo os governantes sujeitos à remoção do poder de comando, conforme Roma determinasse (Goodman, 1997, p. 107-111). Nesse sentido, compreende-se a menção a dinastias, filarcas e sacerdotes, os quais, mesmo vivendo segundo sua própria cultura, estavam sujeitos aos romanos. Essa enunciação, porém, é importante porque informa que o domínio do território integrado ao Império, como resultado da expansão romana, não se deu em todos os âmbitos, permanecendo a cultura local em meio ao sistema administrativo romano.

Ademais, Estrabão destaca a dupla divisão provincial estabelecida por Augusto: as do povo romano, ou senatoriais, e as imperiais. A qualificação resulta do tipo de interferência prevista para o território, de acordo com as possibilidades que este apresenta, seja no aspecto do retorno de bens ou no de resistência ao Império. Apesar de mencionar que, nas províncias, podem ser observadas outras divisões territoriais administrativas, no caso da Líbia, em específico, Estrabão não as declara, deixando-nos, portanto, uma imagem geral. Ele omite, por exemplo, as áreas de centurição que marcavam a topografia da *Africa* (Mattingly, 2011, p. 147-149).²⁰ Por fim, Estrabão enuncia que a Líbia é uma província consular governada por um procônsul. Portanto, nesse contexto enunciativo, a Líbia é

¹⁹ As cidades livres mencionadas, mas não descritas, podem fazer referência às pequenas comunidades locais com poderes administrativos próprios, em particular na *Africa Proconsularis*, que receberam o *status* de *municipium* pelo poder romano (Goodman, 1997, p. 281).

²⁰ O desenvolvimento da *limitatio*, a demarcação das terras ou centurição, pode ser datado pouco depois de 146 AEC, após a derrota de Cartago e a fundação da primeira província romana na África, como um meio de Roma conseguir renda mediante o empréstimo ou a venda de terras (Hobson, 2022, p. 104).

evocada como um espaço que compreende todo o norte da África sujeito a Roma, e, em especial, o território instituído como província, com exceção do Reino de Ptolomeu, filho de Juba II, e de Cirene. Esta última, mesmo estando situada na Líbia, pode ser percebida como afastada espacialmente do continente, configurando uma espacialidade mais ligada a Creta.²¹

Conclusão

O discurso de Estrabão denota uma integração administrativa de territórios à hegemonia imperial romana. No caso da Líbia, a ideia é reforçada com a menção aos territórios provinciais, reinos e cidades livres sujeitos a Roma, por terem seus governantes locais indicados e reconhecidos pelo Senado ou pelo *princeps*. Todavia, apesar de mencionar as províncias, Estrabão não demonstra interesse em detalhar os territórios, omitindo configurações espaciais do seu próprio tempo, ao passo que valoriza uma história dos espaços ligada aos conflitos entre os púnicos e os romanos durante a República. Nota-se a ênfase em constatar a presença romana por meio da fundação de províncias e da atuação de generais, governadores e coletores de tributos. Sua descrição evidencia como Roma estabeleceu as bases geográficas de seu poder na Líbia, ao desterritorializar e territorializar os espaços, além de distribuir poder de comando.

A representação discursiva é um complexo de temporalidades que resulta em configurações espaciais diversas, que atestam a presença romana, mas não excluem a Líbia. Nesse sentido, observamos quatro qualificadores da expansão territorial romana nesse espaço. A questão da linguagem, pois são mencionados termos utilizados pelos romanos para nomear povos e renomear lugares; a instituição de províncias, que reconfiguraram o território; a exploração de recursos locais para a fabricação de itens de consumo romano; e, por fim, a enunciação de expedições militares, que contribuíam para o conhecimento geográfico do território. Conclui-se que Estrabão faz referência a Roma e às ações de seus agentes ao longo de toda a obra, particularmente no Livro XVII. Em sua descrição, indica uma expansão territorial iniciada ainda no período republicano sobre os territórios provinciais da Líbia, os quais foram estabelecidos a partir de diversos tipos de relações, destacando-se, no entanto, as conflituosas.

²¹ O caso da Cirenaica é semelhante ao da província egípcia *Alexandria ad Aegyptus*, considerada por historiadores e geógrafos, gregos e latinos, como um território à parte, mais ligado à Ásia do que à África.

Referências

Documentação textual

- ESTRABÓN. *Geografía*. Libros XV-XVII. Traducción de Juan Luis García Alonso, Maria Paz de Hoz García-Bellido y Sofía Torallas Tovar. Madrid: Gredos, 2015.
- ESTRABÓN. *Geografía*: Libros I-II. Traducción de J. L. García Ramón y J. García Blanco. Madrid: Gredos, 1991.
- ESTRABÓN. *Geografía*: Libros V-VII. Traducción de José Vela Tejada y Jesús Gracia Artal. Madrid: Gredos, 2016.
- FLORO. *Epítome de la Historia de Tito Livio*. Traducción de G. Hinojo Andrés y Isabel Moreno Ferrero. Madrid: Gredos, 2000.
- HOMER. *The Odyssey*: Books I-XII. Translated by A. T. Murray. Cambridge: Harvard University. v. 1.
- STRABON. *Géographie*: Livre XVII. L'Afrique, de l'Atlantique au Golfe de Soloum. Traduit par Benoît Laudenbach et Jehan Desanges. Paris: Les Belles Lettres, 2014. 2^a partie.

Obras de apoio

- ABULAFIA, D. *The great sea: a human History of the Mediterranean*. Oxford: Oxford University, 2011.
- ARNAUD, P. Pouvoir des mots et limites de la cartographie dans la géographie grecque et romaine. *Dialogues d'Histoire Ancienne*, v. 15, n. 1, p. 9-29, 1989.
- AUJAC, G. *Strabon et la science de son temps*. Paris: Les Belles Lettres, 1966.
- BOCKMANN, R. African Rome. The city of Carthage from its Roman (re-)foundation to the end of the Byzantine Period. In: HITCHNER, R. B. (ed.). *A companion to North Africa in Antiquity*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2022, p. 119-141.
- BRAUND, D. Greek geography and Roman Empire: the transformation of tradition in Strabo's Euxine. In: DUECK, D.; LINDSAY, H.; POTHECARY, S. (ed.). *Strabo's cultural Geography: the making of a kolossourgia*. Cambridge: Cambridge University, 2005, p. 216-234.
- BUSTAMANTE, R. M. C.; DAVIDSON, J.; MENDES, N. M. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, n. 18, p. 17-41, 2005.
- CARLSEN, J. Roman imperial administration. In: HITCHNER, R. B. (ed.). *A companion to North Africa in Antiquity*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2022, p. 142-151.

- CLARKE, K. *Between Geography and History: Hellenistic constructions of the Roman World*. New York: Oxford University, 1999.
- COLE, S. G. 'I know the number of the sand and the measure of the Sea': Geography and difference in the Early Greek World. In: RAAFLAUB, K. A.; TALBERT, R. J. A. (ed.). *Geography and Ethnography: perceptions of the world in pre-modern societies*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010, p. 197-214.
- DUECK, D. *Geography in Classical Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- DUECK, D. *Strabo of Amasia: a Greek man of letters in Augustan Rome*. New York: Routledge, 2000.
- DUECK, D. The geographical narrative of Strabo of Amasia. In: RAAFLAUB, K. A.; TALBERT, R. J. A. (ed.). *Geography and Ethnography: perceptions of the world in pre-modern societies*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010, p. 236-251.
- EIDINOW, E.; HORNBLLOWER, S.; SPAWFORTH, A. (ed.). *The Oxford Classical dictionary*. Oxford: Oxford University, 2012.
- FUNARI, P. P. A.; GARRAFFONI, R. S. A aculturação como modelo interpretativo: o estudo de caso da romanização. *Heródoto*, v. 3, n. 2, p. 246-255, 2018.
- GEOFFROY, A. S. *Política, estrategia y pensamiento militar bajo los Antoninos (96-192)*. 2017. Tesis (Doctorado en Societat i Cultura) – Departament d'Història i Arqueologia, Universitat de Barcelona, Barcelona, 2017.
- GOODMAN, M. *The Roman World (44 BC-AD 180)*. London: Routledge, 1997.
- GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2014.
- HINGLEY, R. *Globalizing Roman culture: unity, diversity and empire*. New York: Routledge, 2005.
- HOBSON, M. S. Africa under the Roman Republic. In: HITCHNER, R. B. (ed.). *A companion to North Africa in Antiquity*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2022, p. 101-116.
- HORDEN, P.; PURCELL, N. *The boundless Sea: writing Mediterranean History*. New York: Routledge, 2020.
- KORMIKIARI, M. C. N. O norte da África nos estudos contemporâneos: os caminhos a seguir. In: PORTO, V. C.; VASQUES, M. S.; TEIXEIRA-BASTOS, M. (org.). *Arqueologia clássica no Brasil: reflexões sobre o Mediterrâneo Antigo*. São Paulo: MAE-LARP/USP, 2023, p. 197-224.
- LE ROUX, P. As cidades romanas do Magreb. In: PORTO, V. C.; VASQUES, M. S.; TEIXEIRA-BASTOS, M. (org.). *Arqueologia clássica no Brasil: reflexões sobre o Mediterrâneo Antigo*. São Paulo: MAE-LARP/USP, 2023, p. 57-76.
- LIDELL, H.; SCOTT, R. *A Greek-English lexicon*. Oxford: Oxford University, 1996.
- LIMA NETO, B. M. *Bandidos e elites cidadinas na África romana*. Vitória: EDUFES, 2014.

- LIMA NETO, B. M. Os líbios na África romana: novas perspectivas historiográficas a partir das escavações arqueológicas em Ghizar e no Fazzan. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, v. 19, p. 3-21, 2020.
- MASIP, V. *Manual introdutório ao grego clássico para falantes de português*. Recife: UFPE, 2008.
- MATTERN, S. P. *Rome and the enemy: imperial strategy in the Principate*. California: University of California, 1999.
- MATTINGLY, D. J. *Imperialism, power, and identity: experiencing the Roman Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- MORALES, F.; SILVA, U. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. *Revista Brasileira de História*, v. 40, n. 83, p. 125-150, 2020.
- NICOLET, C. *Space, Geography, and Politics in the early Roman Empire*. Ann Arbor: University of Michigan, 1991.
- PECK, H. The treatment of Empire, civilization and culture in Strabo's *Geography*. *Atlas*, v. 15, p. 8-14, 2017.
- PRONTERA, F. Strabo's *Geography*. In: BIANCHETTI, S.; CATAUDELLA, M.; GEHRKE, H-J. (ed.). *Brill's companion to Ancient Geography: the inhabited world in Greek and Roman tradition*, 2016, p. 239-268.
- RIBEIRO, A. M. *A África na Geografia de Estrabão: a construção de paisagens egípcias, etíopes e líbias no Império Romano*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.
- ROMM, J. Continents, climates, and cultures: Greek theories of global structure. In: RAAFLAUB, K. A.; TALBERT, R. J. A. (ed.). *Geography and Ethnography: perceptions of the world in pre-modern societies*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010, p. 215-235.
- SILVA, B. S. *Estrabão e as Províncias da Gália e da Ibéria: um estudo sobre a Geografia e o Império Romano*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- TALBERT, R. J. A. The Roman worldview: beyond recovery? In: RAAFLAUB, K. A.; TALBERT, R. J. A. (ed.). *Geography and Ethnography: perceptions of the world in pre-modern societies*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010, p. 252-272.